

A EDUCAÇÃO RELIGIOSA NA 1ª REPÚBLICA: AS ESCOLAS PAROQUIAIS DE JUIZ DE FORA-MG

Paloma Rezende de Oliveira¹

RESUMO : Este trabalho é fruto de reflexões em torno das políticas de assistência à infância em Juiz de Fora, vinculadas à escolaridade na passagem do regime monárquico para o republicano, momento crucial na formação do pensamento social brasileiro. Esses elementos ajudam a traçar um conjunto de temas que desenham o perfil institucional da assistência que se tem àquele tempo, não só nas dimensões materializadas dos prédios das escolas, asilos, institutos, com suas regras e funcionamentos, como também nas ideias que são expressas por essas construções. Trata-se de uma pesquisa documental que analisa correspondências, atas, tutelas, fotografias, legislação e jornais do Arquivo Municipal, Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes e Arquivo da Igreja da Glória, em Juiz de Fora.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência. Infância. Escolarização. Políticas públicas.

ABSTRACT: This investigation is based on reflections concerning child welfare state associated with the education, in Juiz de Fora-MG. This research analyzes the period of transition from Monarchy to Republic – a crucial moment in the Brazilian social idea formation. These elements draw a group of themes that form the welfare work institutional profile of that period, not only in the dimension of physical buildings and their rules, but also in the ideas expressed by those buildings. This is a documental

1 Coordenadora Pedagógica da SE/JF; professora substituta da Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre em Educação pela UFJF – área: gestão, políticas públicas e avaliação educacional.

research that explores documents, letters, legal or juridical records, photographs, legislation, tutelage cases and newspaper from the Town Hall Files, Murilo Mendes Library and Gloria Church Files, all in Juiz de Fora city.

KEYWORDS: Child care. Social assistance. School level. Public policies.

Introdução

A análise das políticas de assistência à infância, vinculadas à escolarização,² ocorridas durante a passagem do Império para a República, no município de Juiz de Fora/MG, permite-nos perceber que este momento histórico foi crucial para a formação do pensamento social brasileiro, pois nele se buscou a realização de seu “anseio emancipatório”, conforme expressa Fernando Azevedo em sua obra *A Cultura Brasileira*.

Naquele contexto, a criança era entendida como um patrimônio da nação e, portanto, representava o “futuro da nação”. Segundo Irene Rizzini (1997), a sociedade terá o papel de transformar este “ser em formação”, “dúctil e moldável”, em um “degenerado”, ou em um “homem de bem”. Caberia à formação deste último, às escolas representadas em grande número, por instituições religiosas.

A maior valorização dada ao futuro da criança, do que ao seu presente, provocou a afirmação da necessidade e da generalização de uma relação pedagógica que progressivamente invadiu toda a vida social, passando a ocupar o centro das atenções de moralistas, educadores, médicos e juristas. (Irma Rizzini, 1993)

² Este artigo partiu de reflexões realizadas em minha dissertação de mestrado defendida em 2009, na UFJF, intitulada: “Criança: ‘futuro da nação’, ‘célula do vício’: políticas de assistência às infâncias em Juiz de Fora-MG, na transição Império/República”.

Essa ideia pode ser observada tanto na historiografia brasileira da infância e da assistência, como também em fontes primárias locais, tais como correspondências, atas de associações e da Câmara Municipal, legislação e imprensa escrita, localizadas no Arquivo Público Mineiro-BH, Arquivo Municipal-JF, Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes-JF e Arquivo da Igreja da Glória-JF. Nesse sentido, foi possível estabelecer elos entre o contexto juizforano e aspectos mais generalizantes da nação.

Apesar das diversas tentativas de utilizar também documentos das próprias instituições religiosas, existentes até hoje no município, contou-se com a resistência de tais estabelecimentos em disponibilizar suas fontes. O silêncio destas instituições em relação ao perfil das crianças atendidas no passado, e também a ausência de documentos produzidos pelas próprias crianças, foi um obstáculo ao desenvolvimento de uma relação dialética entre a infância e a sociedade da época, em uma perspectiva que percebesse a criança como sujeito histórico, mas que pode ser suprido pelas fontes aqui utilizadas.

A fim de se estabelecer conexões entre as concepções de atendimento à infância e as práticas políticas, que se tinham naquela época, foram utilizadas as abordagens da História da Cultura e da História das Ideias. De acordo com Chartier (1990), a proposta é tentar identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Nessa perspectiva, buscou-se perceber em que medida os atores concordavam, contestavam ou até mesmo ignoravam os discursos e práticas presentes no contexto analisado.

No que tange ao campo desta pesquisa, percebeu-se que, com o advento da República e com a separação entre Estado e Igreja, o movimento reformista entra em uma etapa caracterizada pelo esforço organizativo. Frente aos temores de alguns prelados, o novo governo garantiu plena liberdade de ação para a Igreja Católica. Sob o incentivo da Santa Sé, os bispos passaram então à tarefa de organizar suas dioceses dentro dos seguintes moldes:

Esse esforço era orientado para três setores principais: formação do novo clero dentro do modelo tridentino, através da fundação e manutenção dos seminários; criação e organização das paróquias, contando, sempre que necessário, com a colaboração de religiosos estrangeiros; atuação mais direta junto aos fiéis, formando novas lideranças do laicato dentro de novas associações religiosas, mantidas rigorosamente sob o poder clerical. É dentro desses parâmetros que atua à frente da diocese de Mariana Dom Silvério Gomes Pimenta. (AZZI, 1992, p. 94)

Também o contexto mineiro foi marcado pela ampliação da atuação da Igreja Católica no campo da assistência e da educação. Com a finalidade de atender às solicitações do bispo Dom Silvério, vieram se estabelecer sucessivamente em Juiz de Fora, ao longo das duas primeiras décadas sete congregações vindas da Europa, sendo três masculinas: redentoristas holandeses, salesianos italianos e verbitas alemães; e quatro congregações femininas: irmãs francesas do Sion, irmãs alemãs de Santa Catharina, irmãs alemãs Servas do Espírito Santo e irmãs francesas do Bom Pastor. Tanto os salesianos, como as religiosas do Sion, porém, tiveram curta permanência na cidade.

Em 1884, a Associação Protetora da Infância Desamparada do Rio de Janeiro, à frente da qual estavam as altezas imperiais, a princesa Isabel e o Conde D'eu, tinha projetado comprar a antiga Escola Agrícola, pertencente à Congregação União e Indústria de Juiz de Fora, para a fundação de uma obra em favor da infância desvalida, a ser confiada aos salesianos. Na realidade, a compra da Escola Agrícola não se efetivou e os salesianos, então, recém-chegados ao Brasil, não assumiram o projeto. Essa oportunidade surgiria em 1900, quando se pensou em confiar aos salesianos a Academia de Comércio de Juiz de Fora, que foi idealizada por Francisco Baptista de Oliveira. Este se destacou como comerciante e líder católico na cidade e foi o fundador desta instituição, em 30 de março de 1891.

Sobre a Academia, o governador Chrispim Jacques Bias Fortes, no Relatório do Governo de Minas, de 1895, afirmava

que: “Acha-se funcionando a Academia de Comércio de Juiz de Fora. Inaugurado a 21 de junho do ano passado, este estabelecimento de ensino comercial, fundado a esforços da iniciativa particular, será dentro de breve prazo um dos padrões de glória de nosso Estado.” (vocabulário atualizado)³ (apud Arquivo Público Mineiro)

A Academia de Comércio, antes de pertencer à Congregação do Verbo Divino, tinha como finalidade formar negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e de comércio. O papel da Academia deveria extrapolar o próprio ensino profissional, veiculando os valores capitalistas e qualificando pessoas que seriam, propriamente, os intelectuais responsáveis pela implantação de uma nova sociedade. (CHRISTO, 1994)

Inicialmente, como sociedade anônima, a Academia de Comércio representava para seus acionistas um investimento de livre iniciativa, sem a ingerência do Estado. Porém, apesar dos esforços destes acionistas para conseguir subvenções, o ensino profissional era visto com pouco interesse pelos acionistas, o que resultou no fracasso do investimento. Contudo, a iniciativa contou também com fundos angariados por componentes da Colônia Mineira radicada em São Paulo, que permitiram o término da construção. (CÉSAR, 1991)

Em 1899, a Congregação dos Salesianos, que havia decidido aceitar a instituição como doação, mediante a concessão de um prazo para transformar o antigo estabelecimento de ensino superior em Liceu de Artes e Ofícios, depois de lavrada a escritura de doação, transferiu a Academia de Comércio à Congregação do Verbo Divino.

Em 1900, por solicitação de Dom Silvério Gomes Pimenta, os padres dessa congregação vieram para Juiz de Fora, onde tomaram, a seu cargo, a direção da paróquia e assumiram ao final desse mesmo ano a direção do Colégio. (Azzi, 2000)

³ Informações retiradas Relatórios do Governo de Minas Gerais. Ano de 1895.

A Academia de Comércio voltou a funcionar em 10 de junho de 1901, assumindo os Verbitas a obrigação de ministrar instrução gratuita a, pelo menos, dez alunos reconhecidamente pobres (CHRISTO, 1994). Mesmo com a manutenção do curso comercial, a congregação voltou sua atenção para o ginásio, com o principal objetivo de formar a mocidade dentro das normas católicas.

Essa escolha de clérigos europeus, marginalizando de certo modo os sacerdotes brasileiros, provocou mal estar nos grupos mais sensíveis ao sentimento nacional. Diversos desses sacerdotes, de fato, encontraram dificuldades em amoldar-se à mentalidade e às tradições religiosas do povo brasileiro. Embora alguns sacerdotes tenham feito um esforço significativo no aprendizado da língua portuguesa, nem todos os verbitas alemães, bem como redentoristas holandeses se esmeraram nesse sentido. (AZZI, 2000) Havia, portanto, certo inconformismo com o acelerado processo de europeização do clero juiz-forano. Não obstante, essa transformação consolidou-se com a permanência dos verbitas alemães, ficando à frente da matriz de Santo Antônio, e assumindo interinamente a capelania, o padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café.

Os redentoristas, por sua vez, ficaram com a administração do Curato da Glória. Antes da chegada dessa congregação, a Igreja de Nossa Senhora da Glória, em Juiz de Fora, era designada pelo povo como “igreja dos alemães” e estava sem capelão devido ao falecimento do padre Adolfo Januska, em fevereiro de 1893. Em 26 de abril do ano seguinte, chegaram a Juiz de Fora mais três padres e três religiosos leigos, ficando oficialmente fundada, no Brasil, a primeira casa dos padres redentoristas da Província Holandesa.

O Curato Nossa Senhora da Glória teve sua origem na capela de mesmo nome fundada pelos colonos alemães trazidos pela Companhia União e Indústria. A primeira capela construída pela Companhia ficava no bairro Mariano Procópio. Em 1878, a Companhia também fez a doação de terrenos para a construção das capelas para a prática do Culto Católico e do Culto Luterano, do cemitério devidamente dividido para os respectivos cultos e suas devidas escolas.

A nova capela, agora no Morro da Gratidão, começou a ser construída em junho de 1878, e no dia 15 de agosto de 1879, apesar de não concluída a obra, foi solenemente consagrada. Foram seus capelães: frei Américo Hoffer Prags (1869 a 1883), padre Roque Gaetani (1883 a 1884) e padre Adolfo Januschka (1885 a 1893). (SANDRES, 2006)

Em 17 de janeiro de 1894, Dom Silvério Gomes Pimenta leu o decreto que elevou de capelania a Curato Nossa Senhora da Glória, sob a administração dos padres redentoristas. Foi o primeiro capelão-cura padre Mathias Fulkens:

O Ver. Capelão-Cura exercerá essa autoridade e jurisdição dentro dos limites seguintes. Desde o Morro da Gratidão na dita cidade até o termo da freguesia em Benfica (isto de sul e norte). De leste a oeste desde a divisa com a freguesia de Chácara na altura da capela de Grama, vindo em linha para a Tapera e seguindo nesse rumo até as colônias de dentro e todos aqueles limites, onde estão as colônias com as freguesias de São Francisco e Rosário. E quanto aos limites com Chapéu D'úvas e Água Limpa até a capela da Barreira e por ali até a serra da Água Limpa, e pelos limites com a Chácara até as alturas da Grama. (apud Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Glória)

É bom ter presente que, nessa época, além dos religiosos europeus também as congregações religiosas femininas auxiliaram na implantação do catolicismo romanizado em Juiz de Fora. Três dessas congregações instaladas na cidade dedicaram-se à educação da mulher: as religiosas do Sion, as irmãs de Santa Catharina e as Servas do Espírito Santo. Na área da saúde destacaram-se as irmãs de Santa Catharina (na administração interna da Santa Casa de Misericórdia, nos primeiros anos) e a Congregação do Bom Pastor que tomou a seu cargo a direção do Asilo João Emílio, dedicando-se à assistência.

As primeiras irmãs da Congregação de Santa Catharina vieram para atender aos serviços de saúde e assistência social. De acordo com Azzi (2000), em janeiro de 1898, chegaram a Juiz

de Fora duas irmãs de Santa Catharina, da diocese de Ermeland, sendo que três delas ficaram a cargo do Asilo João Emílio e outras três da Santa Casa. Elas foram chamadas pelo provedor, o juiz de direito, Brás Tavares, o qual construiu o prédio para o hospital e a morada das irmãs.

As associações leigas, por sua vez, foram surgindo no país à medida que as Irmandades da Misericórdia e suas rodas de expostos foram perdendo sua hegemonia nas atividades sociais e caritativas dentro da esfera eclesiástica. Foi necessário criar associações, nas quais se congregassem os católicos pertencentes às famílias abastadas, a fim de que com sua influência e poder econômico fornecessem os recursos necessários para a manutenção das obras assistenciais assumidas, progressivamente, pelos institutos religiosos. Por isso, além das irmandades, muitas associações católicas foram criadas para se dedicarem ao trabalho caritativo.

A atuação das entidades filantrópicas em Juiz de Fora-MG

As associações filantrópicas estabeleceram uma complexa rede de relações sociais com a sociedade e com o poder público no decorrer dos primeiros anos de República em Juiz de Fora. Diversos atores procuraram contribuir de alguma forma com as associações de caráter mutualista ou particular, por meio de donativos ou da organização e/ou participação em eventos que visassem à arrecadação de fundos em benefício destas instituições. Dentre elas, destacaram-se a Associação de Caridade Nossa Senhora da Conceição, a Associação de São Mateus, o Centro Operário Beneficente, as Sociedades Mútuas “A Redentora” e “A Humanitária”, a Sociedade Auxiliadora de Senhoras, as Damas Protetoras da Infância, a Sociedade Propagadora do Ensino Primário, a Conferência de Santo Agostinho, o Culto Católico de Mariano Procópio, a Associação São Francisco de Assis, a Associação de Amparo à Pobreza, a Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo, a Associação das Damas de Caridade, a União Católica Pão de Santo Antônio, sendo as três últimas ligadas aos vicentinos.

O bispo Dom Silvério registrou suas impressões acerca da assistência em Juiz de Fora ao visitar a paróquia, em 1911:

os meninos doutrinados com cuidado e com esmero, a escola paroquial funcionando com grande número de alunos, as associações católicas em plena atividade: Conferência de São Vicente de Paulo, Damas de Caridade, Pão de Santo Antônio, Obra dos Tabernáculos, Vocações eclesiais, União Católica ou Liga Santa Infância, Pia União das Filhas de Maria, Doutrina Cristã, Ordem Terceira de Católica, Apostolado da Oração, Irmandade do SS Sacramento, Confraria do Puríssimo Coração de Maria, Guarda de Honra, Congregação Mariana de Jovens, São Francisco. (apud AZZI, 2000, p.137)

Os homens atuavam no setor assistencial através da organização vicentina, mas faltava-lhes maior expressão de visibilidade no âmbito da instituição eclesial. A Liga Jesus, Maria, José ou Liga Católica veio suprir essa deficiência. Tratava-se de uma associação de moços e homens, com a finalidade de uma prática fiel da crença católica, comprometidos ao mesmo tempo, com a defesa da Igreja institucional. A Associação foi introduzida em Juiz de Fora, no Curato da Glória, em 1902. Os estatutos da liga foram aprovados anteriormente pelo bispo Dom Silvério.

No campo católico, dentre as instituições confiadas a essas associações havia a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo João Emílio, outras entidades caritativas que se dedicavam à assistência aos pobres, bem como às escolas paroquiais, que ficavam a cargo do Culto Católico de Mariano Procópio e, posteriormente, da Sociedade Propagadora do Ensino Primário.

A importância das escolas paroquiais no campo social deve-se ao fato de que estas atendiam também crianças “indigentes”, oferecendo educação, uniforme e material escolar.

A obra mais antiga de Juiz de Fora foi a Santa Casa de Misericórdia, que apesar de não dispor de uma roda de expostos para assistir à infância, ofereceu seus serviços de assistência aos

doentes pobres desde 1859, em uma primeira construção junto à capela dos Passos. De acordo com o discurso do padre Julio Maria sobre a assistência, em 1896:

Três grandes serviços desafiam nesta paróquia o zelo e o devotamento do povo católico: o desafio da miséria física: a doença; o desafio da miséria doméstica: a orfandade; o desafio da miséria moral: o crime. A Santa Casa, o Asilo e a Cadeia, eis as grandes minas donde se extrai o ouro que mais agrada a Deus: a caridade. (apud AZZI, 2000, p.170)

Sobre a criação da Santa Casa, tem-se que o vereador Avelino Milagres, em 25 de abril de 1866, pede à Câmara reconhecimento dos trabalhos de caridade que vinham sendo realizados pelo Barão de Bertioga. Este recebia e cuidava do atendimento aos doentes pobres na Casa de Misericórdia, embora ainda não aberta ao público, tudo às expensas particulares suas, dando comida, roupas e esmolas aos presos da cadeia.

Fundado em 1859, pelo barão de Bertioga (Comendador José Antônio da Silva Pinto), em comum acordo com sua mulher, dona Maria José Miguelina da Silva, esse hospital foi doado à Irmandade Senhor dos Passos, instituindo-se um patrimônio para a mesma Misericórdia. Recebeu o barão, da Assembleia Provincial, uma isenção de direitos gerais e provinciais, tendo como presidente – provedor Brás Bernardino Loureiro Tavares e como médico Hermenegildo Vilaça. Segundo Oliveira (1996), o barão de Bertioga morreu 4 anos depois da fundação do hospital, em 1870, quando foi organizada uma comissão pela Câmara para ver o estado da cadeia, casa de misericórdia e matadouro, integrada por Henrique Guilherme Fernando Halfeld, Joaquim Povoá, Luiz Alvares de Castro, João Nogueira Penido, João de Souza Nunes Lima.

Ao lado da Santa Casa, outra instituição importante fundada no início da República, foi o Asilo de Órfãos, que recebeu o nome de seu promotor, o padre João Emílio Ferreira da Silva. A princípio, a obra foi projetada como um abrigo de

mendigos e indigentes, mas, em seguida, foi direcionada para meninas desamparadas pela orfandade. Com a finalidade de auxiliar esta instituição, em 1890 foi fundada a Associação Protetora da Pobreza, que tinha entre seus principais membros, além do padre João Emílio, o Barão do Retiro e os doutores Luiz Eugênio Horta Barbosa e José Mariano Pinto Monteiro (ESTEVEES, 1892). A associação se propunha a fundar um asilo, para nele se recolherem os que vagavam pelas ruas da cidade de Juiz de Fora, e contava com a participação de pessoas de influência significativa no contexto juizforano.

O local escolhido para o asilo foi um terreno doado pelo tenente Custódio da Silveira Tristão, na Rua Antônio Dias. As obras chegaram a ser iniciadas, mas foram suspensas pela Sociedade de Medicina e Cirurgia, sob a alegação de que a obra, estando no centro da cidade, poderia tornar-se um foco de infecção, causando inconveniências à higiene pública.

Em 12 de abril de 1891, a Sociedade de Medicina examinou o terreno doado pelo Comendador Gervásio Monteiro da Silva, localizado no Alto dos Passos, comunicando por ofício de 19 de abril à Câmara, que o projetado Asilo não poderia prejudicar a população do mesmo bairro, não somente por se achar em um extremo dele, como por dever o edifício ser construído em uma elevação do mesmo local, e, por conseguinte, suficientemente arejado para manter-se em boas condições de salubridade. (Arquivo Municipal de Juiz de Fora).⁴

Esse recolhimento para órfãs seria então inaugurado em 1895. Com a morte do padre João Emílio, o asilo serviu de moradia às irmãs da Congregação de Santa Catharina. Em 1902, entretanto, a instituição foi entregue à Congregação Bom Pastor. Conforme o relato da Irmã Maria da S. F. Xavier Nóvoa, em 1905, a instituição chegou a possuir 72 órfãs e 11 funcionários e, em 1910, 60 órfãs e 40 moças penitentes. (ESTEVEES, 1892).

⁴ Informações obtidas a partir de correspondências de entidades filantrópicas e entidades médicas enviadas à Câmara Municipal de Juiz de Fora – Fundo da República.

De acordo com Oliveira (1966), o Asilo João Emílio não recebeu, a princípio, nenhuma ajuda oficial, nem mesmo uma loteria, forma pela qual o governo provincial auxiliava as instituições existentes nos municípios. A esse respeito, em 29 de setembro de 1910, o vereador Souza Brandão apresentou a seguinte indicação, presente no livro de atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora: “Indico para que o senhor presidente da Câmara represente ao Governo do Estado pelo estabelecimento da Loteria Protetora da Pobreza, indispensável para a subsistência do Asilo João Emílio”, contando com o parecer favorável do vereador Edmundo Schimidt.

Neste mesmo documento, datado de 5 de maio de 1911, Oscar Vidal apresentou uma emenda ao projeto de orçamento para o exercício daquele ano, em que ficou fixada em 500\$000 (quinhentos mil réis) a subvenção ao Asilo João Emílio. Em 30 de setembro de 1913, no projeto de lei orçamentária para 1914, o vereador Pinto de Moura apresentou a emenda que beneficiava novamente este asilo: “Art. – É elevada a 600\$000 (seiscentos mil réis) a subvenção concedida ao asilo João Emílio, desta cidade”. E ainda, em 1916, encontra-se referência à subvenção, nesse mesmo valor, despendida para esse estabelecimento.

Essas iniciativas demonstraram que as subvenções a instituições de assistência se davam pela Câmara, tratando-se, portanto, de uma iniciativa municipal que distribuía recursos a diversas instituições da cidade, embora não seja explícito qual o critério utilizado para definir os valores disponibilizados.

A atuação do governo provincial, por sua vez, dava-se em Juiz de Fora, bem como em outros municípios da província, através das loterias. Nenhuma, porém, do vulto da que foi instituída, em 1887, para extração da qual se firmou um contrato entre a Câmara Municipal, representada por seu presidente Joaquim Nogueira Jaguaribe e o Sr. Francisco Antônio Brandi, autorizando este, na qualidade de tesoureiro, a “nomear e demitir os respectivos empregados, estabelecer agencias em Minas e em outras províncias”. (OLIVEIRA, 1966).

Segundo esse autor, havia também algumas instituições na cidade, como a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo João Emílio, o Asilo de Mendigos e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância que recebiam subvenções diretamente da União, embora não se tenha encontrado dados que confirmem esse auxílio.

Foram encontrados artigos nos jornais que realçam o problema da assistência pública, no sentido de que esta excede as possibilidades do poder público e, portanto, necessitava de dedicação de toda a população no auxílio e manutenção das instituições encarregadas de ajudar aos desvalidos. No jornal *O Pharol*, há uma notícia de que a Associação União Católica Pão de Santo Antônio lamentava a crise que se abateu em Juiz de Fora causada, sobretudo, pela febre amarela, a qual teve como algumas de suas consequências a redução da renda da União e o aumento das suas despesas, forçando-a a reduzir o auxílio aos pobres,⁵ o que sugere a escassez de recursos investidos em assistência por parte do poder público. (Jornal *O Pharol*, 1901).

A associação criou também um jornal denominado *O Pobre*, de curto período de circulação, 1899 a 1901, o qual cobrava das autoridades civis providências frente ao crescente número de “vadios” em Juiz de Fora.

Também diversos setores da sociedade viam com preocupação a questão da infância e cobravam das autoridades que tomassem medidas no sentido de retirar os menores das ruas e colocá-los nas escolas.

Conforme Azzi (2000), dentre os atores da sociedade civil que se destacaram no campo da assistência em Juiz de Fora, tem-se Brás Bernardino e Hermenegildo Vilaça. Enquanto estes se dedicaram à atuação junto aos enfermos da Santa Casa de Misericórdia, os primos Francisco Batista de Oliveira e Aprígio Ribeiro de Oliveira se distinguiram pelo atendimento assistencial à pobreza da cidade.

⁵ Notícia do Jornal *O Pharol*, de 31/12/1901, p. 2 e colunas 4 e 5. Seção: A Pedidos. Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes.

Batista de Oliveira faleceu em 1902. Foi membro da Conferência Vicentina e fundador da Associação União Pão de Santo Antônio, cuja finalidade era oferecer alimentos e agasalhos aos necessitados. Esta associação religiosa também zelava pelo patrimônio da matriz e, em 1901, atendia 52 adultos e 71 crianças. Dentre as atividades organizadas naquele ano, incluíam-se a distribuição diária de pães e o pagamento de aluguéis para pobres que não tivessem condições de trabalhar.

Aprígio Ribeiro de Oliveira, por sua vez, destacou-se por suas atividades nas Conferências Vicentinas. A primeira conferência foi criada em Juiz de Fora, em 1894, junto à igreja matriz, com o apoio do vigário padre Café. Notou-se que desde a criação dessas associações caritativas não se tinham instituições de caráter eminente público, apenas associações que recebiam auxílio tanto do poder público, quanto da sociedade civil – através de doações – e ainda contavam com a fiscalização da diocese, quando se tratava de associações religiosas católicas.

Em relação aos núcleos vicentinos, no início do século XX, existiam três deles na cidade: o da matriz, presidido pelo Dr. Canuto de Figueiredo; o dos Passos, presidido por Brás Bernardino; e o da Glória, presidido pelo professor Luis Andrés. No dia 24 de maio de 1896, reuniram-se pela primeira vez na Igreja da Glória os membros da Conferência Vicentina, com a participação de dois alemães, com a finalidade de cuidar dos pobres e doentes do curato. O conselho dirigente mantinha, naquela data, 15 casas onde eram abrigadas 22 famílias, além do recolhimento de São Vicente de Paulo, onde eram mantidas as que não tinham teto. Doava-se roupa para os pobres, e ainda se fazia obras de visita e assistência aos encarcerados, como também se mantinha uma escola noturna.

A Sociedade São Vicente de Paulo iniciou suas atividades na cidade em 15 de março de 1894, com a Conferência de Santo Antônio, na Catedral Metropolitana, e atuou na construção da Vila das Viúvas, em 1895, no recolhimento dos pobres e enfermos de São Vicente de Paulo, em 1913, bem como na Avenida D. Rita Halfeld, dando abrigo e moradia aos pobres. A associação

atendia a diversas famílias, arrecadando doações e realizando festas e espetáculos beneficentes, visando distribuir recursos aos necessitados,⁶ contava também com subvenções da Câmara Municipal para manter a escola mista noturna de São Vicente de Paulo. (*Jornal do Commercio*, 1898).

A expansão de associações na cidade de Juiz de Fora, contudo, encontrou alguns opositores que denunciavam a deficiência da assistência na cidade e o caráter dos movimentos associativos, como é o caso do senhor João Massena:

O aparecimento de uma associação é o produto de um desequilíbrio, de uma fraqueza social; representa e indica claramente uma necessidade não satisfeita, uma ação de progresso irrealizado, um pedido de bem estar que ainda não se conquistou. Significa, pois, em definitivo, um atraso a vencer, uma imperfeição a destruir. É assim, por exemplo, que a humanidade, sentindo-se atrasada, inerte e fraca na luta contra a tuberculose, esse inimigo traiçoeiro e formidável, que por enquanto desafia todas as forças sociais; sentindo-se nesse embate quase desamparada pela ciência, verificando não ter soado ainda a hora de progresso e de vitória, reúne as fraquezas individuais a ver se faz delas uma força coletiva. É assim também que o proletariado, sentindo-se esmagar pelas classes elevadas, pela injusta organização social do século XIX, reúne todas as suas forças e aspira violenta e desordenadamente a um bem, que nem mesmo sabe ou consegue formular. É ainda assim que os filantropos, sentindo-se individualmente fracos contra a miséria, congregando-se, associam-se, congregando-se contra esse flagelo as Nações, contra esse odioso produto de nosso atraso, que a civilização ainda não conseguiu eliminar... (apud OLIVEIRA, 1966, p.185).

O folheto sem assinatura, de 27 de maio de 1911, contestava também o clericalismo e as associações, ligas, apostolados

⁶ Notícia do *Jornal do Commercio*, de 22/01/1898, p. 2 e coluna 2; e *Jornal O Pharol* de 08/09/1899, p. 2 e coluna 2. Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes.

e irmandades que se proliferavam pela cidade, no período republicano, porém, com tons mais agressivos, criticava as associações, em especial a Liga dos Católicos, a que chamavam os opositores de “liga da jogatina”.

os redentoristas do convento da Glória de Juiz de Fora fundaram uma sociedade a que deram o nome de Liga Católica, cujo fim disseram era proporcionar instrução aos filhos dos pobres. Bastava concorrer com pequena quota mensal para aprender mundos e fundos. Em grande número foram as pessoas que se inscreveram no convento com o fito de educar seu filho [...] A instrução é o pretexto de que se serve o vício para atrair a si as pobres e inocentes crianças. Os apetrechos de ensino do convento constam dum bilhar e de quarenta baralhos. Os meninos enquanto os frades ensinam aos mais bonitos o catecismo, passam o tempo jogando vinténs, que lícita ou ilícitamente obtêm dos pais. A pessoa que nos fez essa comunicação foi ao referido convento para verificar de visu o que lhe dissera o filho. Indignado com o que viu nos escreveu pedindo que verberássemos a infâmia. (vocabulário atualizado) (apud Arquivo da Igreja da Glória).

Por outro lado, para a Igreja Católica, as associações representavam uma forma de interferência mais direta nas obras de educação e assistência empreendidas pelas congregações religiosas, visto que possibilitavam uma fiscalização direta destas sobre as instituições mantidas pelas associações, através de seus representantes que participavam ou administravam estas iniciativas.

A educação católica e as escolas paroquiais

Nas duas primeiras décadas republicanas, três nomes mereceram destaque na esfera da educação católica: Francisco Batista de Oliveira, Luís Andrés e Antônio Carlos de Andrada. O primeiro levou a cargo o projeto de fundação da Academia do Comércio, dirigida pelo francês Georges Quesnel. O segundo

instalara-se em Juiz de Fora, em 1874. De acordo com Azzi (2000), ele lecionou no Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido pelas moças Braga, e fundou, em 1876, o Colégio Santa Cruz, juntamente com o padre João Sabino Las Casas e o português Augusto Pereira. Em 1890, passou a dirigir o externato de Juiz de Fora para meninos, e, em 1891, fundou o Colégio Andrés, que funcionou até 1899.

Antônio Carlos de Andrada lecionou na Escola Normal e na Academia de Comércio. Em 1897, adquiriu o *Jornal do Commercio* e, em 1907, o jornal *Diário Mercantil*. Foi considerado como poderoso aliado da instituição eclesiástica em seu esforço pela afirmação da escola católica e do ensino religioso. Em 1908, tornou-se prefeito do município de Juiz de Fora.

Durante esse período, os colégios católicos em Juiz de Fora tinham como finalidade específica a formação moral e religiosa dos membros das classes abastadas da região. Não obstante, as camadas pobres da população não foram abandonadas pela Igreja. Para os mais necessitados fundaram-se obras de assistência social, como as escolas paroquiais.

Como exemplo de colégio católico para ricos, em janeiro de 1900, os padres do Verbo Divino fundaram em Juiz de Fora, no Alto dos Passos, o Colégio Stella Matutina, com matrícula de 16 alunos. Ao assumir no ano seguinte a direção da Academia de Comércio, trouxeram para a cidade as religiosas Servas do Espírito Santo, que fundaram um colégio exclusivamente para a educação feminina em 1903, o qual se tornou o estabelecimento católico mais importante do gênero. Instalado inicialmente no Alto dos Passos, foi logo transferido, a partir de 1905, para um local mais perto do centro urbano, próximo à Avenida Rio Branco (AZZI, 2000).

Como exemplo de escola para crianças pobres, tem-se a Escola Paroquial Menino Jesus. Pinto (2004) esclarece que esta escola, ligada à Congregação do Verbo Divino, foi fundada pelo padre Frederico Hellembrock e contava com o auxílio das irmãs da Congregação Servas do Espírito Santo.

A fim de oferecer melhores condições para a catequese infantil, em 1912, o vigário decidiu criar uma escola. A autorização para a construção foi solicitada ao arcebispo de Mariana, em data

de 22 de fevereiro. Construído ao lado da matriz, o edifício passou a oferecer espaço suficiente para outras atividades paroquiais.

A escola paroquial Menino Jesus, por sua vez, funcionava nos compartimentos do Consistório da Catedral. Em 1926 os alunos matriculados chegavam a 90. A escola era mantida por doações⁷ e parecia não dispor de uma associação constituída para administrá-la, como ocorreu com as escolas paroquiais do Curato da Glória. Em 08 de dezembro de 1908, foram criados os Estatutos da Sociedade Propagadora do Ensino Primário, que fundaram e sustentaram várias escolas paroquiais (*O Lampadário*, 1926).

Esses Estatutos buscavam manter crianças pobres que não podiam pagar mensalidade: “art. I – do fim: – Fundar e sustentar escolas paroquiais no Curato da Glória; – Fazer todo o possível para *tornar o ensino primário, nas escolas paroquiais, acessível a todas as classes de pessoas.*” E ainda, sobre o caráter assistencialista dessa associação tem-se: “V – da administração: § 15º – Conforme os recursos do cofre social, a administração receberá nas escolas, gratuitamente, os meninos e meninas, cujos pais não podem pagar a mensalidade.” (apud Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Glória).

No balancete do livro contábil da Sociedade Propagadora do Ensino Primário, de 1 de janeiro de 1909, enviado aos seus membros, tem-se que o fim da associação é manter e aperfeiçoar as escolas paroquiais e fazer com que a instrução nas ciências humanas e a educação católica sejam acessíveis a todas as classes de pessoas do Curato da Glória.

Com efeito, apenas fundada, a sociedade já pode amortizar as suas dívidas, fazer todos os pagamentos, receber nas escolas gratuitamente bastante crianças pobres, aumentar o número das aulas e além disso por de reserva uma não pequena importância

⁷ Informação obtida no Jornal *O Lampadário* – notícia de 07/03/1926. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Glória. Dados relativos ao movimento escolar, em 1926 apontam: matriculas – 100 alunos; frequência - 70 a 75; saíram durante o ano – 80; compareceram aos exames – 63; aprovados – 50; não aprovados – 13; não compareceram – 17.

para servir de começo a um fundo fixo e permanente, cujo fim será salvaguardar no futuro a existência e sempre prosperidade de nossas escolas. (apud Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Glória).

Apesar de não se encontrar no livro de prestação de contas, referência às subvenções da Câmara ou mesmo do Estado, foi localizado, nas atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, referente ao dia 17 de maio de 1910, quando da presidência de Antônio Carlos (1908-1912), um pedido de perdão dos direitos municipais que foi lançado pelo Colégio Santa Catharina à Câmara Municipal, visto a escola “lutar com grandes dificuldades e os rendimentos serem poucos”. (apud Arquivo Público Municipal). Apesar desta declaração da irmã superiora sobre a situação da escola mantida pela Sociedade, constatou-se no livro contábil das escolas paroquiais, em relação ao mês de abril daquele mesmo ano, que a Sociedade dispunha de um saldo de 2:600\$900 (dois mil, seiscentos mil réis e novecentos réis). Ainda assim, os membros da Sociedade consideravam o estado do caixa “muito lisongeiro”, ficando resolvido que os vencimentos da professora da escola de São Roque seriam reduzidos, a partir do mês de abril de 1910 em diante, de 100\$000 (cem mil réis) para 75\$000 (setenta e cinco mil réis) mensais, e, além disso, a professora passaria a cobrar, por conta própria, as mensalidades dos alunos que tinham condições de pagar. Proposta que parece ter sido aceita pela referida senhora. Mesmo com todas essas medidas, por causa da frequência bem reduzida de alunos na aula noturna da Tapera, ficou resolvido suprimir temporariamente as aulas neste turno, ficando, pois, os vencimentos da professora da escola de São Roque fixados em 50\$000 (cinquenta mil réis) mensais. Resolução que entrou em vigor no mês de maio daquele ano, ainda que o saldo da Sociedade fosse de 2:691\$000 (dois mil, seiscentos e noventa e um mil réis).

De acordo com o relatório de 1911, do livro de prestação de contas da Sociedade Propagadora do Ensino Primário, pessoas influentes da sociedade eram sócias dessa associação e contribuíam,

por meio de auxílio financeiro e doações, com a educação de crianças pobres ou tuteladas pelos mesmos. Os sócios benfeitores⁸ dessa Sociedade eram Saint Clair de Miranda, comendador Casimiro Costa, coronel Pedro Procópio, Rodrigues Valle, dr. José Procópio Teixeira e as senhoras Evers (na Holanda). Os sócios honorários, por sua vez, eram Antônio Sobreira e Maria Carolina de Assis Penido.

Ainda nesse relatório, foram encontrados alguns dados que retratavam a rotina dessas escolas:

Durante o ano todo, a frequência dos alunos, cujo número sempre aumenta, tem sido muito animadora. Das 230 crianças matriculadas, cerca de 190 freqüentaram as aulas, tanto as portuguesas, como as portuguesas-alemãs, com toda regularidade. Quem não verá nisso a prova de que o ensino ministrado pelas rvmãs Irmãs de Santa Catharina e pela Exma. Sra. Prof.^a da escola de São Roque corresponde inteiramente às justas aspirações dos pais? O que, aliás, foi confirmado pelo resultado plenamente satisfatório dos exames realizados no fim de ano escolar. (apud Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Glória).

Nesse mesmo ano, 1911, foi construído um prédio de um andar, com quatro salas de aula em estilo alemão. Para esse local foi transferida a escola paroquial, que funcionava no salão São Geraldo da Glória, até 1910.

A sala de São Geraldo, localizada na Rua da Gratidão em Juiz de Fora, a partir de 1918, atendia exclusivamente os meninos das escolas paroquiais, enquanto que para as meninas ficava reservado o prédio junto ao colégio das irmãs de Santa Catharina.

À época, o ensino ainda se caracterizava como misto. Junto ao padre Matias Fulkens encontravam-se algumas das crianças atendidas nas escolas paroquiais, o que demonstra a estreita relação

⁸ São beneméritos os sócios que de uma só vez entram para a caixa da Sociedade com a importância de 200\$000. Estes podem sempre e gratuitamente ter um filho ou tutelado nas escolas paroquiais. Estatuto da Sociedade Propagadora do Ensino Primário. Arquivo da Igreja da Glória.

entre os padres redentoristas e as irmãs de Santa Catharina. Estas estavam na direção das escolas, enquanto aqueles administravam seus bens. Concluída a construção do prédio do colégio das irmãs em 1908, o ano seguinte seria o da inauguração.

No relatório de 1912, do livro contábil da Sociedade Propagadora do Ensino Primário parece ter aumentado ainda mais o número de crianças matriculadas nas escolas paroquiais visto que a Sociedade apontou a necessidade de aumentar as salas, que, segundo o padre Vicente Zey, “já eram bastante espaçosas”. Como de fato ocorreu no ano seguinte, quando, além das 3 aulas portuguesas e uma alemã, dadas pelas irmãs de Santa Catharina, foi erigida nova aula portuguesa e uma alemã, oferecida pelas mesmas. Com essa medida, o número de alunos aumentou e na escola da Tapera o número de alunos triplicou.

Os documentos, contudo, não apontam o perfil do alunado. Apesar da ampliação das escolas e do número de alunos, não se pode afirmar que este aumento se deu também em relação à quantidade de alunos pobres. Em 1911, ano de ampliação da escola das irmãs de Santa Catharina no Morro da Gratidão, foram encontrados indícios de que o ensino, neste estabelecimento, era exclusivamente para as meninas. Já a escola de São Roque da Tapera parecia se tratar de uma escola mista.

Outra distinção que se percebe em relação às duas escolas é em relação ao traje utilizado pelos alunos. O relatório de despesas do livro contábil da Sociedade Propagadora do Ensino Primário não apresenta despesas com uniformes para os alunos pobres, embora aponte gastos com material escolar e livros para os mesmos. Pode-se notar nas imagens dos alunos que as crianças da Escola de Santa Catharina tinham melhores condições financeiras que aquelas da escola da Tapera, visto que os alunos desta não se apresentavam uniformizados e não usavam calçados. Outro fato que corrobora essa suposição é que na escola da Tapera, era oferecido também ensino noturno para os meninos que, provavelmente, precisavam trabalhar nas fábricas durante o dia para ajudar no sustento da família. A evasão percebida nas aulas noturnas desta escola denuncia o abandono dos estudos, prejudicados pelo trabalho infantil.

A este respeito, Mario Casasanta, inspetor geral da instrução previa as normas para as escolas segundo o Regulamento do Ensino Primário:

Nos lugares onde houver escolas noturnas, os analfabetos maiores de 14 anos e menores de 21 anos são obrigados a freqüentá-las (art. 24)

Espera-se que todos os responsáveis pela educação dos menores cumpram sem relutância as exigências regulamentares, que as autoridades escolares se portem com energia e severidade matriculando 'ex-officio' todas as crianças em idade escolar, a gosto ou contragosto dos responsáveis e que todos os bons cidadãos investidos ou não de autoridade pública, cooperarem com dedicação para a maior freqüência das escolas.

A Inspeção Geral da Instrução Pública agirá com rigor, não só contra os responsáveis que não cuidam de bem educar os menores sob sua guarda, mas, sobretudo, contra os funcionários que não cumprirem claras disposições do regulamento. (apud Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Glória).

No entanto, não se percebeu no livro de Tombo nº 1 do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Glória o cumprimento de tal rigor por parte da Inspeção, visto que, segundo o relatório do primeiro ano da Sociedade Propagadora do Ensino Primário, em 1908, tem-se que: "as escolas mantidas pelo Curato da Glória e regidas na maior parte pelas irmãs de Santa Catarina, na parte baixa do Colégio e na sala de São Geraldo, florescem: igualmente a escola na Tapera. Foi preciso, porém suprimir a aula noturna por falta de freqüência."

Em agosto de 1916, por exemplo, foi suspenso o pagamento dos vencimentos à escola de São Roque da Tapera, a qual foi suprimida em junho desse mesmo ano, frente a freqüência reduzida dos alunos. A mesma retomou seus trabalhos em 1919, porém, com novo professor.

Foi identificado, em relação ao ensino, que as professoras da Escola da Tapera não eram as irmãs de Santa Catharina. Essas se dedicavam ao ensino das crianças abastadas, sendo

o ensino da escola da Tapera oferecido por outras professoras do município. Em 1918, foi aceita, pelo Conselho da Fábrica do Curato da Glória, a proposta das irmãs de Santa Catharina de separar os meninos maiores das meninas, de sorte que na sala de São Geraldo funcionaria a aula só de meninos, enquanto no prédio junto ao Colégio a de meninas. Em 1922, foi feito o segundo prédio do colégio, em simetria com o primeiro.

Segundo dados do Conselho da Fábrica do Curato da Glória, em 16 de junho de 1925, ficou resolvido com consentimento do bispo, que a escola paroquial situada no bairro Manoel Honório, poderia ser alugada para a professora Luiza Limp, para nela instalar uma escola estadual,⁹ diante das seguintes condições que deveriam entrar no contrato: “1) que a professora instrua catecismo todos os dias; 2) que se aluga a sala da escola só para as horas das aulas, de modo que a sala fica a livre disposição fora das horas das aulas p. ex. para o catecismo; para a conferência de São Vicente, etc.”

A opinião dos conselheiros da Fábrica do Curato da Glória, que auxiliavam a Sociedade Propagadora do Ensino Primário a administrar os bens das escolas paroquiais, era de que o valor do aluguel deveria ser baixo por causa das condições um pouco pesadas que a professora tomou sobre si e achavam melhor que a mesma determinasse o que podia pagar. Apesar de se tratar de uma escola estadual, estranhou-se o fato de que o valor seria estipulado pela professora e não pelo governo, o qual parece não ter tido participação no período de contratação da escola. Em 18 de dezembro desse mesmo ano, o padre cura leu o contrato com a professora que alugou a sala da escola paroquial de Manoel Honório, onde se instalou uma escola estadual. O conselho aprovou o contrato com todas as condições, não ficando explicitado o valor do aluguel. Ainda que se trate de uma escola estadual é clara a influência religiosa no ensino, colocando em xeque o caráter laico das escolas públicas ou subsidiadas que surgiram com o advento

⁹ O termo “escola estadual”, utilizado nesse contexto, parece se referir a uma escola subsidiada pelo estado, o que contrapõe à ideia de escola mantida, que tinha caráter eminentemente público.

da República, bem como denota uma diluição das diferenças entre espaço público e privado, questão que o Império distinguia com mais clareza.

Porém, os documentos do Conselho da Fábrica, do período de 1925 a 1929, indicavam que a professora, que teria alugado o prédio, para nele instalar uma escola estadual, não havia pago o aluguel. Esse fato levou a duas hipóteses: as subvenções não foram repassadas pelo governo estadual para o pagamento do aluguel; ou então, a professora estava recebendo a subvenção, no entanto, não repassava à associação a quantia referente ao aluguel, visto que não havia sido pago nenhum mês do aluguel do salão em que funcionava a escola estadual. A segunda hipótese parece ser a mais acertada, uma vez que, o Conselho da Fábrica, em reunião do dia 5 de novembro de 1929, decidiu reclamar junto ao presidente dr. Antônio Carlos, ameaçando a professora.

Em relação à Escola Paroquial de Manoel Honório – supôs se tratar desta mesma escola, devido a sua localização. Foi identificado nos documentos das escolas paroquiais um total de 337 alunos matriculados, sendo 173 meninos e 164 meninas. Relativo à frequência havia uma média de 270 alunos, sendo que destes, 140 eram meninos e 130 eram meninas.

Em 1928, foi inaugurada uma nova escola na Tapera, sendo cedida para a escola estadual uma sala para as aulas diurnas, e à noite, para dar aula para meninos, por um professor.

Ainda que se tratasse de uma escola estadual, ou seja, subsidiada pelo governo estadual, ela mantinha o ensino religioso, sendo o aluguel pago à Sociedade Propagadora do Ensino Primário. E apesar das repetidas afirmações a respeito do caráter laico do Estado, os dirigentes políticos manifestaram-se abertamente favoráveis à fundação e ao desenvolvimento de uma instituição católica e dirigida por religiosos. Dessa forma, destacava-se no empreendimento o seu caráter assistencial, enquadrando-se assim dentro dos próprios projetos de atuação do Estado.

No relatório do inspetor Custódio Leite de Sales, em visita de 9 de abril de 1926 à Escola Paroquial, mantida pelos padres redentoristas e dirigida pela irmã Ildefonsa, da Congregação de

Santa Catharina, identificou-se que do total de 202 matriculados, estavam presentes apenas 161 alunos, sendo que destes, 36 eram crianças “indigentes” – termo do inspetor – que recebiam instrução gratuitamente.

De acordo com os documentos das escolas paroquiais, esta escola apresenta a relação de número de alunos por ano de escolaridade, sendo matriculados no 1º ano, 82 alunos; no 2º ano, 63; no 3º ano, 51; no 4º ano, 6. Estes dados indicam que o número de evasão dos alunos matriculados nesta escola paroquial foi alto, caindo de 82 para 6 alunos. O fato que explicaria tal evasão seria a necessidade de buscar trabalho ainda na infância para ajudar no orçamento da família, ou ainda o alto valor das mensalidades. Tal evasão parece não estar relacionada à ausência de qualidade do ensino ministrada, segundo os padrões da época, visto que, de acordo com o relatório do Inspetor Custódio Leite, a escola dispunha de prédio escolar bem localizado e as salas tinham condições higiênicas e pedagógicas, com mobiliário apropriado para o ensino. Além disso, havia material técnico e didático, a escrituração era bem feita e tinha todos os livros. O professor ministrava ensino proveitoso aos seus alunos, adotava bons métodos e processos de ensino, e, ainda que não comemorasse as datas nacionais, tinha idoneidade profissional e moral.

Sobre o funcionamento desta escola paroquial, a Carta de 14 de maio de 1926 do Ministro do Interior para a professora Irmã Maria aponta que:

Sr. Custódio Leite de Sales teve lisonjeira impressão a respeito do funcionamento da escola por ela regida, visto que encontrou tudo em boa ordem e notou o emprego dos bons processos no ensino que ministra às crianças. Lembra, entretanto, da transferência das aulas para prédio melhor colocado que o atual. Roga a providência de satisfazer as exigências regulamentares com planta do incluso avulso relativo à escola. (apud Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Glória).¹⁰

¹⁰ Documentos das escolas paroquiais. Pasta 1. Instalações das escolas

Apesar de toda a fiscalização do poder público, o próprio inspetor declara que embora a escola receba alunos pobres, os quais ele chama de “indigentes”, a mesma não dispõe de subvenção do Estado. A Câmara Municipal parece ter assumido a responsabilidade, ainda que não sejam claros os critérios utilizados.

Considerações

A partir dessas análises, pode-se perceber que, com o advento da República, o poder público manteve como uma de suas políticas em relação ao atendimento a infância pobre e sua educação, a prática de oferecer subsídios às instituições particulares, que já desenvolvia-se durante o Império.

A Igreja Católica, por sua vez, manteve grande participação como entidade privada na promoção social das crianças pobres e órfãs, assumindo, porém, um caráter distinto de assistência, em relação ao período imperial. Ela passou a atuar junto a associações e, até mesmo, criou estabelecimentos de educação voltados para o atendimento aos desvalidos ou para o ensino “da fé cristã e dos bons costumes”. Buscou expandir sua influência no campo assistencial, atendendo crianças “indigentes” e oferecendo às mesmas: educação, uniforme e material escolar, por intermédio da atuação das irmandades e congregações estrangeiras que se instalaram no município de Juiz de Fora, com incentivo do governo, no início da República.

Além do caráter assistencial, as congregações estrangeiras pretendiam expandir o ensino católico, frente ao desenvolvimento do ensino laico, propiciado pela separação entre Estado e Igreja. Uma destas iniciativas foi a criação de escolas nas paróquias, visando oferecer educação moral à população infantil e às suas famílias.

Apesar dos incentivos financeiros propiciados pela Câmara Municipal, por meio de subvenções, a ampliação desses estabelecimentos de ensino não se deu de forma tranquila na

paroquiais.

sociedade. A princípio as famílias exerceram resistência às instituições estrangeiras. Os educadores europeus, por sua vez, tanto leigos como religiosos que em quantidade significativa se transferiram para o Brasil, constantemente lastimavam a liberdade infantil, procurando de todas as formas impor padrões educacionais coercitivos.

As diversas associações de cunho assistencial que também surgiram naquele contexto, encontravam opositores que denunciavam a precariedade da assistência, contudo, representavam para a igreja uma forma de manter seu controle, através da participação de representantes religiosos na administração destas entidades que, por sua vez, mantinham as instituições de assistência e escolas paroquiais, com doações e mensalidades dos sócios, que em sua maioria eram pessoas com influência política no município.

A Sociedade Propagadora do Ensino Primário, um exemplo deste tipo de associação, criada para manter as escolas paroquiais do Curato da Glória, demonstrou que a finalidade de garantir a educação das crianças pobres nestes estabelecimentos de ensino não foi a prioridade de seus membros, uma vez que foram citadas diversas situações em que as escolas noturnas, que atendiam crianças que trabalhavam para ajudar no sustento de suas famílias, foram fechadas. Priorizou-se a expansão do ensino religioso que, por sua vez, influenciou também a prática pedagógica em instituições públicas, como é o caso da escola estadual, que previa o ensino de catecismo aos alunos e exigia que as professoras fossem católicas. Tal prática vai de encontro à proposta de laicização indicada pelo governo republicano.

Referências

AZZI, Riolando. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. *Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora*

(1850-1950). Juiz de Fora: Templo, 2000.

CÉSAR, José Vicente. *História da Academia de Comércio*. Belo Horizonte: O lutador, 1991. p. 21.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: DIFEL, 1990.

CHRISTO, Maraliz. *A Europa dos Pobres. Juiz de Fora na 'Belle Epóque Mineira'*. Juiz de Fora: UFJF, 1994.

ESTEVES, Albino. *Almanak de Juiz de Fora*. Juiz de Fora. 1892.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1966

PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; AMAIS; USU, 1997.

RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: USU, 1993.

SANDRES, Alessandra Cristina (Org.). *Descrição Arquivística*. In: *Arquivo Paróquia Nossa Senhora da Glória*. Juiz de Fora, set. 2006.

Recebido em dezembro de 2009.
Aprovado em setembro de 2010.